

ADunicamp

Publicação da Associação de Docentes da Unicamp □ Campinas, São Paulo □ □ nº 28 □ 08/09/2003

A LUTA AGORA É NO SENADO SENADOR SUPLYCY NA ADUNICAMP

“A universidade é algo que se constrói ao longo do tempo e é muito arriscado destruir uma instituição como a universidade pública brasileira. Esse é um ponto que precisa ser muito bem avaliado.”

“O ministro Berzoini disse que gostaria que nós senadores não mexêssemos mais na proposta. Mas não sei se isso será possível. Acho que isso vai depender muito da mobilização e capacidade de vocês que estão em desacordo



demonstrarem aos senadores os pontos que sejam de justiça. Inclusive nesse embate. Vai depender muito de os senadores serem persuadidos pelas entidades, pelos servidores e pela sociedade de que alguma coisa precisa ser modificada.”

Senador Eduardo Suplicy

Dentro das atividades programadas pela Adunicamp para esta nova etapa de luta contra a Reforma da Previdência (A Luta agora é no Senado), segundo deliberações de nossa última Assembléia (27 de agosto de 2003), foi dada grande importância para a realização de debates sobre o projeto governamental com os três Senadores por São Paulo. Esta deliberação foi considerada de extrema relevância pelas demais entidades que compõem o Fórum das Seis Entidades, que decidiram encampar a proposta, de modo que estes debates passaram a ser atividades do Fórum, organizadas pela Adunicamp e realizadas em seu Auditório. Foram feitos contatos telefônicos com os gabinetes dos senadores e encaminhado convite oficial.

No dia 3 de setembro, à noite, conseguimos conversar pessoalmente com o Senador Eduardo Suplicy, que se dispôs a abrir um espaço em sua agenda, debatendo conosco no dia 5 de setembro, logo após a palestra que faria sobre o Projeto de Renda Mínima no 11º Congresso Brasileiro de Sociologia. O Boletim anterior já estava na gráfica (mal sabíamos que a máquina que faz o fotolito acabara de quebrar e, conseqüentemente, o boletim atrasaria mais de um dia), portanto, mãos à obra: divulgamos o debate em nossa página, enviamos mensagens eletrônicas a todos os associados que se inscreveram em nossa lista, panfletamos nas guaritas.

Valeu a pena. Um debate que começou a ser divulgado na manhã do dia anterior à sua realização contou com uma platéia ansiosa por ouvir –e pressionar – o Senador. O auditório da Adunicamp estava lotado, mais uma vez.

O Senador se comprometeu a retornar para um novo debate, com mais tempo, para poder ouvir a todos que desejem colocar argumentos, reflexões, questionamentos sobre o projeto.

Da fala do senador destacamos alguns pontos:

□ O ministro José Dirceu e José Genoíno, presidente do PT, têm enfatizado a necessidade de o Senado não mexer na reforma, pois todas as negociações já foram feitas na Câmara.

□ Há senadores, inclusive do PT, articulados para apresentar emendas.

□ Do ponto de vista da disciplina partidária, é possível, mesmo aos militantes do PT, apresentarem emendas.

□ “Nós vamos assegurar o direito da audiência pública, com a presença do Ministro Berzoini, com as entidades representativas dos servidores públicos”, inclusive o Andes.

□ Suplicy, Tião e Paim apresentaram requerimento à Co-

AGUARDAMOS A RESPOSTA DOS SENADORES MERCADANTE E TUMA AO NOSSO CONVITE
Esperamos que eles, como representantes de seus eleitores, venham discutir conosco suas posições.

missão de Constituição e Justiça para que houvesse audiências públicas com essas entidades. “O fato de haver a audiência significa, em tese, que as entidades poderão estar persuadindo os 81 senadores de seus pontos de vista; em que pese toda esta (longa pausa) forma de o governo estar procurando também persuadir os senadores, especialmente os da bancada de apoio, de sustentação” (só PFL e PSDB não o são, embora rachados).

□ “Eu considero que a proposta do presidente Lula, em princípio, leve em consideração princípios de equidade e de maior justiça com respeito a todos os brasileiros... Há, entretanto, diversos pontos relativos à, digamos, à expectativas de direitos que foram colocados quando professores, servidores etc. fizeram concursos que tinham uma expectativa e que agora estão sendo modificadas, isto representa uma dificuldade bastante grande que é o objeto do nosso debate”.

□ “Eu tenho dito que, embora vá votar a favor das proposições do governo –, mas quero ouvi-los e tudo –, eu acho que deveremos também ter maior consideração e tolerância” (a respeito da expulsão da Heloisa Helena).

□ □ “Mas isso (a não expulsão da senadora) somente vai ocorrer se a base da sociedade e do partido disserem: Tenha, Lula, um espírito de generosidade”.

Destacamos aqui parte da fala da Professora Maria Aparecida Moysés, presidente da Adunicamp, e do Professor José Vitorio Zago, 1º tesoureiro do ANDES – Sindicato Nacional, por sintetizarem os questionamentos que têm sido feitos ao projeto, à forma de tramitação e à própria argumentação do Senador.

Cida Moysés: “(...) Nesse projeto da reforma, Lula não só deixou de lado a generosidade como ele se carregou de uma grande crueldade e perversidade com todos os servidores públicos: ao nos colocar como privilegiados e marajás; ao nos colocar como responsáveis por um

déficit fiscal que, todos sabemos – o senhor sabe melhor do que nós, que esse déficit da previdência – não existe. E isto com um projeto que, nem mesmo se propõe a fazer um ajuste fiscal, porque esse projeto, na verdade, é a privatização da previdência, a transferência de recursos enormes para os bancos e seguradoras particulares. Com esse projeto, o governo federal, infelizmente, destrói algumas conquistas do povo e da nação brasileira, conquistas históricas que foram duramente conquistadas. Ele destrói não só a vida pessoal de cada um dos servidores que contribuíram, sim, sobre a integralidade dos seus salários, acreditando num contrato social – não assinado mas um contrato que sempre foi garantido –, ele destrói serviços públicos, hospitais públicos, escolas públicas, universidades públicas e, mais, ele destrói a idéia de Seguridade Social, a concepção de Estado. Ele subordina, de vez, o Brasil aos interesses do capital especulativo. Temos uma preocupação bastante grande, que não é presa à defesa de privilégios – aliás privilégios que existem e gostaríamos de ver corrigidos e esse projeto não corrige –. Esse projeto não enfrenta privilégios, não enfrenta fraudes, corrupções e se veste de um discurso que vem enganando a população que acredita no que está sendo dito e o que está acontecendo, de fato, não está sendo esclarecido. Vemos com muita preocupação a possibilidade de um futuro de nação independente e autônoma para este país estar sendo negociada com o FMI e com o capital especulativo. Esperamos, sinceramente, que os senadores reajam a isto e dêem uma outra feição a essa reforma. Defendemos uma reforma, mas não essa, porque ela destrói todos os serviços que foram construídos ao longo dos anos e, todos sabemos, uma universidade não se constrói em pouco tempo, mas se pode destruir muito rapidamente.”

Zago: “(...) O Andes, no seu CONAD, deliberou como voto a retirada do projeto, o não a esse projeto, porque entende que esse projeto não dá para ser emendado pois nos seus pilares fundamentais ele privatiza a Previdência. E ao contrário do que o senador falou, nós nunca fomos chamados pelo executivo – apesar de insistirmos muito – para negociar este projeto. Aliás, a única vez em que fomos chamados pelo executivo foi na véspera da greve, no dia 7 de julho, pelo ministro Berzoini, quando nos falou que o projeto era “imexível” e “imexível” foi, porque mesmo a CUT, em suas negociações no parlamento, não teve nenhuma das suas emendas aprovadas. Então o que a gente está solicitando ao senador – que seguramente não será expulso do PT – é que vote NÃO a essa reforma. Independentemente das emendas.”

Fotos: Roberto Munhoz

